

# **COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE CHICO BRAVO – NOVA FRIBURGO/RJ RELATÓRIO PARCIAL – OUTUBRO DE 2015**

A Comissão Municipal da Verdade Chico Bravo foi criada pela Lei Municipal nº 4.313/2014, com a finalidade de subsidiar as Comissões Nacional e Estadual da Verdade com informações e esclarecimentos a respeito das graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1964 a 1989, contribuindo, assim, para a efetivação do direito à memória e à verdade histórica, enquanto direitos fundamentais individuais e coletivos reconhecidos pelas Nações Unidas, entre as quais se inclui o Brasil, sendo também consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil e reafirmados na Lei Orgânica desse Município. Empossada em 26 de abril de 2014, apesar de encontrar dificuldades em virtude de não ter pessoal exclusivo à disposição para tocar as atividades, pois todos os seus integrantes são voluntários, tem se dedicado principalmente a realizar a gravação de testemunhos de pessoas que tenham sofrido perseguição política durante a ditadura, iniciados com os depoimentos dos companheiros Ivaldeck Barreto, Maria Ignez Breder e Vania Machado em 28 de agosto de 2014, em sessão pública na Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, que foi filmada. Os dois primeiros pertenceram à Ação Popular (AP) e, quando estudantes, atuaram na Juventude Católica (JUC), sofreram perseguições em Friburgo e se exilaram no Chile. Ivaldeck foi operário metalúrgico e também atuou na JOC (Juventude Operária Católica). Ignez e Vania formaram-se professoras. No dia 08 de novembro de 2014, na casa de Ivaldeck Barreto e Maria Ignez Breder, foram colhidos e gravados novos depoimentos de Ivaldeck, que abordou centralmente sua militância em tempos de juventude, no movimento operário e sindical, na Igreja Católica e na luta política, descrevendo acontecimentos vividos por ele nos anos anteriores a 1964 (participação no I Congresso de Jovens Trabalhadores, 1962), no momento do golpe em Friburgo e na resistência à ditadura.

Em 22 de fevereiro de 2014, o Coletivo da Memória, Verdade e Justiça, formado por organizações associativas, partidárias e sindicais em 03/12/2013 e impulsionador da criação da Comissão da Verdade de Nova Friburgo, já havia promovido o Seminário “Memória, Verdade e Justiça”, na Câmara Municipal de Nova Friburgo, que contou com a participação do célebre advogado defensor das vítimas da ditadura Antonio Modesto da Silveira, Aderson Bussinger (Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ) e de Geraldo Cândido (Comissão Estadual da Verdade-RJ). No dia 29 de abril de 2014, foi realizada Mesa Redonda, na sede do Sindicato dos Têxteis, intitulada “O Movimento Operário, o Golpe de 1964 e a Resistência à Ditadura”, com Ivaldeck Barreto, Ignez Breder, Ricardo Costa e Hugo Moreno.

Na sequência dos meses em 2014 e no primeiro semestre de 2015, a Comissão participou de vários eventos realizados em escolas do município para tratar dos 50 anos do golpe. Estes eventos contaram com a presença de membros da Comissão e do Coletivo da Verdade, Memória e Justiça (professores Ricardo Costa, João Raimundo de Araújo e Sérgio El-Jaick, na maioria das vezes) proferindo palestras e participando

de debates com os estudantes. Foram visitadas as seguintes escolas estaduais: Jamil El-Jaick, João Bazet, Instituto de Educação de Nova Friburgo, Canadá, Eduardo Breder, Galdino do Valle Filho, o núcleo central do CEJA/Nova Friburgo e o CEJA/Cordeiro, além das escolas particulares Fribourg, Colégio São José e Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia. Também houve atividade na Escola Municipal Patrícia Jonas, para os professores.

Em 02 de outubro de 2014, a Comissão, juntamente com a OAB de Nova Friburgo, organizou o lançamento do livro “Gracias a la Vida”, com palestra do autor, jornalista e escritor Cid Benjamin, sobre os combates da esquerda brasileira ao regime discricionário. Em 11 de dezembro de 2014, foi realizado evento público na sede da OAB de Nova Friburgo, com palestra do Prof. Ricardo Costa (Secretário da Comissão da Verdade Chico Bravo) sobre o golpe de 1964 em Nova Friburgo e testemunho (gravado) de Sérgio El-Jaick (sociólogo, advogado e professor de História) sobre sua militância política e a de sua família, na qual despontam as figuras dos tios Humberto El-Jaick (professor, advogado e deputado do PTB cassado pelo regime) e Jorge El-Jaick (advogado que pertenceu ao PCB).

Em 30 de abril de 2015, foi colhido o testemunho de João Batista Pinto (ex-operário têxtil e professor de História), em palestra proferida por ele na sede do Sindicato dos Bancários de Nova Friburgo, em que foi abordada a militância sindical, política e a luta contra a ditadura no final da década de 1970 e nos anos 1980 em Friburgo. A atividade contaria ainda com a fala do ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos Vanélio Furtado, que adoeceu e acabou falecendo em 13/07/2015.

Em 08 de julho de 2015, Carlos Pereira Guimarães (professor e ex-deputado estadual do PDT) concedeu entrevista e proferiu palestra intitulada “O PARLAMENTO ESTUDANTIL, O MOVIMENTO CULTURAL E A LUTA DOS PROFESSORES DURANTE A DITADURA”, na sede do Sindicato dos Bancários. Em 14 de setembro foi a vez de seu irmão, Irapuan Guimarães (professor de Português e participante do movimento cultural em Friburgo, na área do teatro) gravar seu testemunho para a Comissão. Em 10 de agosto de 2015, também na sede do Sindicato dos Bancários, a Comissão promoveu debate sobre “MÍDIA, DIREITOS HUMANOS E LUTA PELA MEMÓRIA”, com o professor, escritor e pesquisador Dênis de Moraes.

Também deram testemunhos à Comissão Humberto Damasceno (marinheiro) e Marlon Silva de Oliveira (filho de Waldemiro de Oliveira, ferroviário de Cachoeiras e Macacu preso e torturado após o golpe e que recebeu recentemente anistia política post mortem). Serão ainda entrevistados Bruno Calderaro (ex-diretor do Sindicato dos Bancários), o operário da Fábrica Ypu Ailton Costa, o ex-deputado Fernando Pinto, dentre outros. Dispomos ainda da gravação de antigas entrevistas do ex-prefeito e ex-deputado estadual Heródoto Bento de Mello, dos líderes operários e dirigentes do PCB local Francisco de Assis Bravo (vereador cassado em 1964) e José Pereira da Costa Filho (Costinha), além de outros documentos e pesquisas realizadas por historiadores locais sobre o período em questão e a participação de militantes

comunistas, socialistas, sindicalistas, educadores, membros da Igreja Católica, estudantes, artistas, etc, nas lutas contra o regime.

Por meio destes testemunhos, encontros e palestras, estão sendo reunidos dados e informações sobre o papel desempenhado pelo Sanatório Naval e por outros órgãos militares e policiais na constituição do aparato repressivo na cidade. De igual forma, estão sendo pesquisados os empresários que apoiaram e financiaram o golpe e a repressão em Nova Friburgo. Por outro lado, está sendo possível desenhar um quadro sobre a atuação dos grupos de resistência à ditadura, tais como partidos políticos, organizações revolucionárias, movimentos culturais e religiosos.

## **O Golpe de 1964 em Nova Friburgo**

A estratégia golpista local, em 1964, contou com a participação ativa da UDN (à frente o Engenheiro Heródoto Bento de Mello, eleito vice-prefeito em 1962), de empresários e comerciantes, dos militares vinculados ao Sanatório Naval e com a postura no mínimo complacente dos demais partidos e da Câmara Municipal. A deposição do Prefeito Vanor Tassara Moreira foi facilitada pelo isolamento político em que foi colocado, em virtude de uma série de atitudes consideradas polêmicas e contraditórias, tomadas à frente do Executivo. Foram condenadas pela classe dominante local diversas medidas administrativas pelas quais se acusava o mandatário de incompetência e inépcia, assim como a pequena importância dada aos festejos do 16 de maio, quando, oficialmente, deveriam ser comemorados os 145 anos do município.

Mas, centralmente, Vanor foi condenado pelos seus posicionamentos contrários aos interesses de empresas como a Friburgo Auto Ônibus Ltda. (FAOL), monopólio do transporte público, cuja solicitação de reajuste do preço das passagens fora recusada pelo Prefeito. Vanor chegou a colocar em circulação caminhões com carrocerias abertas para fazer o transporte dos trabalhadores, assim como ameaçou com a possibilidade de encampação da empresa pelo município. Além disso, desde a campanha eleitoral, já havia entrado em conflito com seus correligionários da UDN, pois sempre flertou com o PTB e com as lideranças sindicais e de esquerda, tendo inclusive mandado publicar nota oficial na imprensa saudando os trabalhadores friburguenses pela passagem do 1º de maio, na qual exortava, em discurso de teor quase esquerdista, a “lembrança daqueles companheiros que, no passado e em todos os países sacrificaram-se em benefício das classes trabalhadoras para melhor aprimoramento da justiça social” .

O cerco foi se fechando em torno de Vanor, que passou a ser apontado pelos meios de comunicação locais como a integrar a “causa comunista”. Com o golpe militar perpetrado na noite do dia 31 de março destituindo o Presidente João Goulart, o Prefeito foi chamado a depor no Sanatório Naval, a fim de prestar esclarecimentos a respeito de pretensas atitudes subversivas por ele consumadas no dia 1º de abril. Segundo o jornal udenista *A Paz*, Vanor teria tentado impedir que operários entrassem para trabalhar nas fábricas, acusando-o de fazer parte do esquema comunista em Friburgo e de ser um teleguiado a serviço dos sindicalistas. O Jornal *A*

*Voz da Serra* (fundado pelo PSD) fez igual denúncia, afirmando que Vanor havia comandado as ações visando interromper o trabalho nas indústrias, com metralhadora em punho, após o que teria invadido a Rádio Sociedade de Friburgo para apossar-se da estação transmissora e, ao microfone, condenar o golpe militar. Longos elogios foram tecidos pelo periódico à Marinha de Guerra, representada pela guarnição do Sanatório Naval na cidade, chamada então de “Muralha da Democracia”, porque, “cônsua da missão que lhes estava outorgada”, teria garantido a “defesa dos friburguenses”.

De acordo com relatos colhidos junto a ativistas sindicais da época, houve de fato uma tentativa de paralisação das fábricas em Nova Friburgo no dia 1º de abril, como forma de opor resistência ao golpe militar, organizada pelos sindicalistas que empunharam a bandeira da “Legalidade” propagada por Leonel Brizola e pelos setores democráticos. Vanor teve participação no episódio, cedendo um jipe da prefeitura para a locomoção dos ativistas, além de estar presente nas portas de fábrica e na ida à Rádio, mas a história das metralhadoras não teria passado de pura lenda.

Vanor foi então acusado, pelo Diretor do Sanatório Naval, de “incitamento à desordem, fechamento das fábricas à força e hasteamento do pavilhão nacional a meio pau”, conforme nota dos militares publicada na imprensa, acompanhada das explicações do Prefeito a eles concedidas no dia 02 de abril de 1964, por meio de carta, na qual alegava ter se preocupado com a manutenção da ordem no município, motivo pelo qual teria se dirigido pessoalmente às portas das fábricas e à rádio local, buscando tranquilizar o povo friburguense enquanto esperava pela solução dos graves problemas nacionais. Por fim, reconhecia ter mandado hastear a bandeira brasileira a meio pau, “em caráter sentimental” pelo sangue que poderia correr de irmãos brasileiros. Mas de nada serviriam suas explicações: pressionado, Vanor renunciava no dia 10 de abril, encaminhando ao Presidente da Câmara Municipal ofício no qual era obrigado a reconhecer que as forças armadas tinham por dever arcar com os destinos da Nação, naquela hora de crise.

Também fez parte do IPM (Inquérito Policial Militar) instaurado contra ele a acusação de estar ligado aos ferroviários, categoria na qual era notória a força dos comunistas. Segundo o depoimento de Vanor, os militares mostraram-lhe fotos em que aparecia numa feijoada com ferroviários na antiga Estação Leopoldina, além de o interrogarem sobre o caso do “Trem da Vitória”, ocorrido quando o Congresso havia aprovado lei do deputado comunista Themístocles Batista, o “Batistinha”, beneficiando a categoria, ao mesmo tempo em que o Presidente João Goulart determinara a não extinção do ramal de Nova Friburgo. Os ferroviários, para comemorar, organizaram um comboio especial chamado Trem da Vitória, que entrara em Friburgo todo enfeitado de bandeiras e badalando os sinos sem parar, estando Vanor em um dos vagões, acompanhado de Batistinha. O golpe de 1964 acabou por desativar este, como diversos outros ramais ferroviários do Estado e do país, atingindo em cheio uma categoria de trabalhadores das mais combativas.

A imprensa friburguense, francamente favorável ao golpe, admitia que o Prefeito vira-se na encruzilhada de “renunciar ou ser impedido”, mas dava graças ao fato de

haver “um vice-prefeito à altura”, a quem seriam entregues os destinos do município. Os representantes do empresariado local de igual forma já haviam demonstrado abertamente sua satisfação com a definição da crise política nacional: no dia 1º de abril foi lido, na Rádio Sociedade de Friburgo, um manifesto assinado pelo engenheiro Ariosto Bento de Mello, irmão de Heródoto, rejubilando-se com a ação dos militares e concitando os operários a voltar ao trabalho, comprovando, com tal apelo, ter havido paralisação das atividades nas fábricas em oposição ao golpe militar.

Este pronunciamento representava a confirmação tácita da articulação golpista promovida por setores das classes dominantes locais. *A Voz da Serra*, ao enumerar todas as providências tomadas pelo Sanatório Naval para enfrentar os “agitadores” e os piquetes de grevistas na cidade, apontou a ajuda que a guarnição recebera de um “Comitê Democrático Civil Revolucionário”. Vanor acusaria, anos mais tarde, a perseguição contra ele dirigida pelos grandes grupos econômicos. Quanto ao episódio ocorrido na porta da fábrica, teria sido Richard Ihns, gerente da Fábrica de Rendas, quem dissera ter ele empunhado uma metralhadora para impedir a entrada dos operários. Ao grupo Arp interessaria a sua queda porque Vanor defendera a encampação da Companhia de Eletricidade pela Prefeitura. Outra empresa envolvida teria sido a FAOL (Friburgo Auto Ônibus Ltda.), empresa de ônibus que, desde sua fundação em 1950, detinha o monopólio privado da exploração das linhas municipais e que teria ameaçado com locaute à negativa de Vanor em conceder elevação das tarifas.

Sendo assim, estava consumada a ascensão da principal liderança udenista e empresarial friburguense, o Eng<sup>o</sup> Heródoto Bento de Mello, ao cargo de prefeito, numa concorrida posse no dia 10 de abril, em sessão da Câmara Municipal à qual compareceram os mais destacados representantes das frações da classe dominante que articularam sua chegada ao poder e configurariam a base de sustentação de seu governo. À posse de Heródoto compareceram o representante do Sanatório Naval, Walter Cunha, o presidente da Associação Comercial, Vitório Spinelli e seus mais próximos correligionários: o ex-Prefeito César Guinle, suplente de Deputado Federal; Raphael Jaccoud, presidente da UDN e o jornalista Ângelo Ruiz, presidente da Associação Friburguense de Imprensa, além de 700 pessoas. Também compareceram o Juiz de Direito, Dr. Rivaldo Pereira, e o Bispo Diocesano Dom Clemente Isnard, o qual, mais tarde, seria acusado pelos próceres da ditadura, de colaboração com os “comunistas”.

A imprensa friburguense festejou a queda de Vanor como a representar o providencial retorno à ordem na cidade. Além dos jornais *A Paz* e *A Voz da Serra*, *O Nova Friburgo*, dirigido por uma facção conservadora do PTB, acusava os integrantes do “Centro Cívico Roberto Silveira” (grupo do PTB ligado ao movimento operário e sindical) de abrigar os “comunistas infiltrados” no PTB, os quais teriam pretendido conquistar a direção do partido com a eleição de Celcyo Folly à presidência da Câmara Municipal. Dentro do PTB, duas alas se digladiavam: de um lado, a “conservadora”, à frente da Direção Municipal, presidida pela ex-vereadora Laura Milheiro de Freitas, à qual se ligava o Prof. Messias de Moraes Teixeira,

ingresso do PSD e o Vereador Ned Torres, um pequeno comerciante; de outro lado, a “de esquerda”, integrada pelos Vereadores Celcyo Folly e Newton D’Ângelo, além do suplente de deputado federal Humberto El-Jaick, ligados ao Deputado Bocayuva Cunha. Desfeita a trama, os trabalhistas conservadores conclamavam a que todos permanecessem vigilantes contra o comunismo, cujo expurgo completo seria o único meio capaz de trazer o País de volta à normalidade institucional.

No caso de Friburgo, o expurgo foi promovido através da cassação do Vereador comunista Francisco de Assis Bravo no dia 14 de abril. A Resolução Legislativa nº 85 da Câmara Municipal, de 10 de abril, dizendo atender “às recomendações formuladas pelos representantes das Classes Armadas em Nova Friburgo, diretamente aos integrantes da Mesa”, afastava temporariamente o Vereador de suas funções, segundo o texto, para apuração de responsabilidades, o que deveria ser feito no prazo de 30 dias. No entanto, quatro dias depois, foi sumariamente aprovada a Resolução nº 86, nos seguintes termos:

Art. 1º - É cassado o mandato do vereador Francisco Assis Bravo, a partir desta data.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Friburgo, 14 de abril de 1964

NEY SOARES - Presidente.

A pressão exercida pelos homens do Sanatório Naval, que visitaram a Casa três vezes até conseguirem a cassação, dobrou a Mesa da Câmara, que não ofereceu maior resistência. Assim era interrompida a trajetória do líder operário que, no Legislativo, destacara-se por suas intervenções firmes e ponderadas e por ter aberto diversas frentes de luta, como a fiscalização aos preços dos alimentos e à qualidade do leite, além da tentativa de organizar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por meio de várias reuniões no bairro de Conselheiro Paulino.

Portanto, o local de repressão mais conhecido em Nova Friburgo é o Sanatório Naval, que funcionou como principal órgão de perseguição aos opositores à ditadura. Por interferência direta de seus diretores à época, houve a pressão para forçar a renúncia do prefeito Vanor Tassara Moreira e cassar o mandato do Vereador Francisco de Assis Bravo, além da atuação na vigilância da "ordem" na cidade, ameaçando sempre agir para sufocar qualquer movimento de oposição. Não temos ainda confirmação se o espaço serviu para abrigar a prática de tortura, apesar de existirem algumas suspeitas a respeito. Além do Sanatório Naval, podemos listar o Tiro de Guerra e a Delegacia de Polícia Civil, que funcionou por muitos anos no Bairro da Vila Amélia, onde hoje ainda existe o prédio, que, no nosso entendimento, deveria ser transformado em local de memória contra a repressão. Ali, em espaço anexo, funcionou também a cadeia municipal, de péssima lembrança para os presos comuns. Na Delegacia, professores como João Raimundo de Araújo (presidente da Comissão da Verdade Chico Bravo) e Carlos Guimarães foram interrogados no final da década de 1970, por sua participação nos sindicatos dos professores e nas greves do período.

A resistência política se deu de várias formas, não havendo um local coletivo específico. Podemos listar: a Igreja Católica, com atuação do Bispo Dom Clemente Isnard, que protegeu perseguidos políticos; padres progressistas, grupos políticos como a JOC (Juventude Operária Católica) e Ação Popular (AP), PCB, MR-8, Convergência Socialista, setores do PTB, depois MDB; grupos de teatro, artistas, a chamada "Geração Bendita", com o cinema; o Parlamento Estudantil, que reunia lideranças das escolas em Nova Friburgo e de onde saiu Mario Prata, assassinado pela ditadura no Rio, quando estudava na UFRJ e atuava no MR-8; alguns sindicalistas, pois, de modo geral, os sindicatos estavam controlados por pelegos e interventores, com exceção para o período final da ditadura (1978-1985), em que direções mais combativas assumiram o Sindicato dos Professores, o Sindicato dos Metalúrgicos e dos Têxteis, e o SEPE estava sendo criado.

### **Devolução do mandato de Chico Bravo e outras providências**

Por meio da Resolução Legislativa nº 2.160, de autoria do Vereador Professor Pierre e aprovada por unanimidade em 26 de agosto de 2015, a Câmara Municipal de Nova Friburgo declarou nulas as resoluções de 1964 e devolveu simbolicamente o mandato de Francisco de Assis Bravo. Sessão solene realizada em 25 de setembro homenageou o vereador comunista e líder operário cassado pela ditadura em 1964. Após solicitações feitas pela Comissão da Verdade, a Câmara Municipal de Nova Friburgo reparou o crime histórico cometido contra um dos mais bravos lutadores do movimento operário e sindical da cidade. O evento contou com as presenças e importantes falas de Ricardo Costa (Comissão da Verdade de Nova Friburgo), Eduardo Serra (PCB), vereadores Pierre e Cláudio Damião, Hugo Moreno (PSTU), Aderson Bussinger Carvalho (comissão de direitos humanos da OAB-RJ, Sidney de Moura (Unidade Classista), Nathália Mozer (UJC), Sergio El-jaick e Gessy Bravo, filha do homenageado. O ato contou ainda com a participação de Carlos Guimarães (ex-vereador e ex-deputado estadual do PDT), Bruno Calderaro (ex-vereador do PDT), Maria Ignez Breder, Ivaldeck Barreto, Anderson Ramos (Sindicato dos Metalúrgicos), Fatima Cristina (Sepe), professores Pedro Monnerat, Margot Santos Costa, Manoel Espedito Silva, Annibal Botto e familiares de Chico Bravo. Foi exibido vídeo com saudação do Deputado Federal Wahdi Damous (PT) à conquista.

Outras reparações são igualmente necessárias. A Comissão irá propor à Câmara Municipal de Nova Friburgo que se dê continuidade ao processo de reparação histórica no município e de superação da herança institucional deixada pela ditadura, mediante alguns procedimentos considerados igualmente necessários:

- 1) Devolução simbólica do mandato do Prefeito Vanor Tassara Moreira, que foi forçado a renunciar em função de perseguições promovidas pelos agentes repressores locais, tendo à frente o Sanatório Naval, com apoio de empresários e políticos que se beneficiaram da deposição do então primeiro mandatário do Executivo Municipal, eleito democraticamente pela população friburguense;
- 2) Alteração de nomes de vias e espaços públicos que até hoje homenageiam ditadores, a exemplo do “Pavilhão Ernesto Garrastazu Médici”, que abriga a feira da Vila Amélia, da “Avenida Presidente Costa e Silva” e da “Praça Presidente Castelo

Branco”, em Duas Pedras. A manutenção de tais nomes em vias e espaços públicos de nossa cidade não mais condiz com os tempos atuais, que exigem o aprofundamento das liberdades democráticas e o resgate da verdade histórica, tão necessários ao pleno funcionamento das instituições e à prática da liberdade e da cidadania.

A Comissão apresentará, ainda, como alternativas para a substituição dos nomes citados, importantes figuras ligadas à história política e cultural de Nova Friburgo, que se destacaram, em suas atividades específicas, na resistência ao regime de exceção, na defesa da democracia e na promoção do bem comum: Dom Clemente Isnard, Prof. João Carlos Teixeira, Prof. Humberto El-Jaick, José El-Jaick, Maestro Joaquim Naegle, Prof<sup>a</sup> Maria Julia Carvalho da Silva, Maria José Braga, Francisco de Assis Bravo, José Pereira da Costa Filho, Arquimedes de Brito, dentre outros. De igual modo, há sugestões de nomes de grandes figuras nacionais, como Paulo Freire, Darcy Ribeiro, dentre muitos outros, que merecem ser homenageados.

A Comissão está trabalhando sobre os testemunhos coletados, cujas gravações estão sendo transcritas, assim como buscará ter acesso a documentos no Sanatório Naval de Nova Friburgo, para avançar na coleta de informações e na definição dos responsáveis pelos crimes cometidos contra as liberdades individuais e coletivas durante a vigência do regime ditatorial em Nova Friburgo.

Nova Friburgo, 02 de outubro de 2015.

Ricardo Costa - Secretário da Comissão da Verdade Chico Bravo - Nova Friburgo.